



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ:34.593.525/0001-08
MUNICÍPIO DE MEDICILÂNDIA “CAPITAL NACIONAL DO CACAU”
ESTADO DO PARÁ



MEMORIAL DESCRITIVO



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ:34.593.525/0001-08
MUNICÍPIO DE MEDICILÂNDIA “CAPITAL NACIONAL DO CACAU”
ESTADO DO PARÁ



OBRA: TAPA BURACOS EM RUAS, TRAVESSAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO DE MEDICILÂNDIA. MEDICILÂNDIA – PA



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
1.1 OBJETIVO DO DOCUMENTO	4
2. GENERALIDADES	4
2.1 ASPECTOS FÍSICOS TERRITORIAIS.....	5
2.1.1 Localização.....	5
2.1.2 Municípios limítrofes	5
2.1.3. Principal rodovia	5
2.1.4 Distância média dos municípios de referência	5
3. DESENVOLVIMENTO	6
4. DIRETRIZES	6
5. COMPETÊNCIA E ATRIBUIÇÃO	7
4.1 COMPETÊNCIA E RESPONSABILIDADE DA EMPRESA CONTRATADA	7
5.2 COMPETÊNCIA E RESPONSABILIDADE DA FISCALIZAÇÃO	8
6. MATERIAIS.....	8
7. PARÂMETROS DE IMPLANTAÇÃO	8
6.5 ACESSIBILIDADE	10
8. ENCERRAMENTO	10



1. INTRODUÇÃO

Medicilândia está localizada na região Oeste Estado do Pará. Sua população estimada de acordo com o IBGE 2010 era de 27.328 pessoas, (população atualizada em 2019 com estimativa de 31.597 habitantes para o ano de 2020), destes aproximadamente 16.500 residem na área urbana e os demais na área rural (10.828 habitantes). Possui área de 8.272,583 km² representando 0.663% do Estado, 0.2147% da Região e 0.0974% de todo o território brasileiro. É um município com forte destaque à sua capacidade de produção agrícola e agropecuária com evidência especial à produção cacaujeira. Detém alta capacidade de produção e produtividade tanto nas atividades agropecuárias, como também nas atividades de produção vindas da agricultura familiar.

Apesar de ser um município que tem sua economia predominante da agricultura, este município ainda não possui um mercado Municipal. Com infraestrutura precária e economia em desenvolvimento a administração municipal precisa de recursos do Governo Estadual para incentivar a permanência do homem na área rural, porém com dignidade e condições plenas de conforto e sobrevivência, dando-lhe condições para a comercialização de seus produtos.

1.1 OBJETIVO DO DOCUMENTO

O memorial descritivo, como parte integrante do projeto básico, tem como finalidade de caracterizar criteriosamente todos os materiais e componentes envolvidos, bem como a sistemática construtiva utilizada. Tal documento relata e define o projeto básico e suas particularidades.

2. GENERALIDADES

Medicilândia é um município brasileiro do estado do Pará, pertencente à Mesorregião do Sudoeste Paraense. Localiza-se no norte brasileiro, a uma latitude 03°26'46" sul e a uma longitude 52°53'20" oeste, estando a uma altitude de 151 metros. Sua população, estimada em 2016, era de 30.315 habitantes. Possui uma área de 8.309,499 km². Medicilândia é conhecida como a "Capital Nacional do Cacau" e serve de palco para um festival anual chamado Cacaufest.

Seu nome é uma referência ao ex-presidente do Brasil Emílio Garrastazu Médici, já que a cidade foi fundada por conta da construção da Rodovia Transamazônica (BR-230), iniciada durante o governo de supracitado presidente.



Foi construída, na cidade, uma usina açucareira que recebeu o nome do presidente norte-americano Abraham Lincoln, uma vez que este enviou recursos financeiros para a construção de tal empreendimento que, inicialmente, se localizava na vila de Pacal, e que, posteriormente, foi englobada por Medicilândia.

A usina funcionou até 2002, ano que marca o declínio da vila de Pacal. A agricultura emprega cerca de 25% da população economicamente ativa de região. A grande maioria, aproximadamente 70% pertence à agricultura familiar. Por esse motivo, para assegurar o emprego rural e a qualidade de vida desses trabalhadores, é importante que essa população possua um local adequado para comercializar seus produtos.

Sabemos que o apoio à agricultura é uma das opções mais viáveis para se ampliar a geração de empregos e renda, e partindo deste princípio vislumbra-se a necessidade da construção do Mercado Municipal, para atender aos feirantes e famílias das diversas comunidades rurais que compõem a população Medicilandense, sendo que a implantação do mesmo trará inúmeros benefícios à população, tanto aos consumidores, como aos pequenos comerciantes.

2.1 ASPECTOS FÍSICOS TERRITORIAIS

2.1.1 Localização

Medicilândia é um município brasileiro do estado do Pará, pertencente à Mesorregião do Sudoeste Paraense. Localiza-se no norte brasileiro, a uma latitude 03°26'46" sul e a uma longitude 52°53'20" oeste, estando a uma altitude de 151 metros.

2.1.2 Municípios limítrofes

- Altamira, Brasil Novo e Uruará.

2.1.3. Principal rodovia

- BR 230 – TRANSAMAZÔNICA.

2.1.4 Distância média dos municípios de referência

- Belém – 971 km;
- Santarém – 322 km;
- Itaituba – 407 km;
- Altamira – 90 km.



3. DESENVOLVIMENTO

As ruas, vias e rodovias são de suma importância para a rotina das cidades, já que, por meio delas, as pessoas se locomovem, além disso, corre o transporte de cargas, como alimentos e medicação, por exemplo.

Sendo assim, uma medida pública essencial é a operação tapa-buraco, que serve para nivelar a pavimentação asfáltica e fechar crateras advindas de colisões, desgaste ou, até mesmo, chuvas. Ao mesmo tempo, essa operação não pode ser demasiadamente longa, para não prejudicar o andamento da via e prejudicar o fluxo de carros.

A operação tapa-buraco é uma medida corretiva que deve compor toda e qualquer gestão de obras públicas, sendo atribuída às Secretarias de Infraestrutura dos governos municipais e estaduais. Mais do que uma questão estética, rever a pavimentação asfáltica e fazer a manutenção necessária é uma medida de segurança populacional, uma vez que evita acidentes.

Em contrapartida, esse procedimento é muitas vezes custoso, seja por conta do alto índice de buracos que surgem nas ruas, seja por conta do preço da massa asfáltica, que é um material de valor comumente alto.

Registra-se a importância deste serviço quanto à qualidade das vias. Isso porque o asfalto, quando está esburacado, apresenta muitos desníveis que podem ocasionar acidentes entre veículos, derrapadas, prejuízos ao automóvel, entre outros transtornos.

Consequentemente, sem a operação tapa-buraco, os motoristas ficam com sua vida em risco, por conta da suscetibilidade a se envolver em colisões. Os próprios pedestres, inclusive, podem se acidentar ao tropeçar ou cair em um desses buracos.

4. DIRETRIZES

As presentes descrições, juntamente com a planilha orçamentaria, e cronograma físico-financeiro, ficarão fazendo parte integrante do contrato. Ainda farão parte das especificações no que forem aplicáveis:

- I. As normas brasileiras da ABNT;
- II. O Código de Obra e Edificações do município de Medicilândia;
- III. Regulamentos, normas, especificações e recomendações, dos órgãos ambientais e das concessionárias de energia, água, esgoto e telefonia do município e do estado;
- IV. A obra deve ser conduzida por profissionais devidamente habilitados pelo CREA ou CAU;



- V. Todos os materiais a serem empregados na obra serão reconhecidamente de qualidade e satisfarão às condições estabelecidas nos projetos e especificações correspondentes;
- VI. A aplicação de materiais industrializados ou de emprego especial obedecerá às recomendações dos fabricantes, cabendo ao executor, em qualquer caso, a responsabilidade técnica;
- VII. Será obrigatório o uso de EPIs (equipamento de proteção individual), por todos os operários envolvidos na obra, de acordo com as Normas de Segurança do Trabalho.

5. COMPETÊNCIA E ATRIBUIÇÃO

4.1 COMPETÊNCIA E RESPONSABILIDADE DA EMPRESA CONTRATADA

- I. Atender as especificações e determinações da Fiscalização;
- II. Fornecer toda a mão de obra, material, maquinários, ferramentas e transportes necessários para imprimir eficiente andamento aos trabalhos, de acordo com o cronograma físico-financeiro apresentado e aprovado pela Fiscalização;
- III. Responsabilizar-se pelas despesas e todas as obrigações com a legislação trabalhista em vigor;
- IV. Prestar toda assistência técnica e administrativa para o andamento rápido e perfeito dos serviços;
- V. Indicar, antes do início da obra, o nome do profissional arquiteto ou engenheiro, com experiência comprovada, que supervisionará os trabalhos e que será o responsável técnico;
- VI. Chamar a Fiscalização por escrito sempre que houver necessidade de verificação de qualquer serviço a fim de não causar transtornos ao andamento dos mesmos;
- VII. Acatar prontamente as exigências e observações da Fiscalização, baseadas nas especificações e regras de boa técnica;
- VIII. Obter licenças junto aos órgãos competentes para instalação de andaimes, retirada de entulhos, etc.



5.2 COMPETÊNCIA E RESPONSABILIDADE DA FISCALIZAÇÃO

- I. Fazer visitas periódicas de inspeção às obras, fornecendo, quando necessário, os esclarecimentos solicitados pelo Empreiteiro;
- II. Verificar se os serviços estão sendo executados de acordo com o cronograma físico financeiro e especificações;
- III. Não permitir nenhuma alteração nas especificações sem razão preponderante e autorização por parte dos autores dos projetos;
- IV. Decidir os casos omissos, ouvidos os autores dos projetos;
- V. Atender aos chamados do Empreiteiro para verificação dos serviços;
- VI. Fazer medição dos serviços realizados, preferencialmente em conjunto com o Empreiteiro.

6. MATERIAIS

- I. Todos os materiais a empregados nos serviços deverão ser comprovadamente de primeira qualidade e satisfazer rigorosamente as especificações deste caderno;
- II. Sempre que na especificação de um material for permitido o emprego de similar de mesma qualidade, o Empreiteiro deverá indicar em sua proposta o produto que irá usar. A falta desta indicação obrigará ao uso do material citado na especificação;
- III. No caso referido acima, deverá ser apresentada amostra do material proposto para ser submetida à aprovação da Fiscalização;
- IV. Será proibido ao Empreiteiro manter no recinto da obra quaisquer materiais que não satisfaçam estas especificações.

7. PARÂMETROS DE IMPLANTAÇÃO

Para definir a implantação do projeto no terreno a que se destina, devem ser considerados alguns parâmetros indispensáveis ao adequado posicionamento que irá privilegiar a edificação das melhores condições:

- I. Características do terreno: avaliar dimensões, forma e topografia do terreno, existência de vegetação e edificações;
- II. Localização do terreno: privilegiar localização próxima à demanda existente, com vias de acesso fácil; garantir a relação harmoniosa da construção com o entorno, visando o



conforto ambiental dos seus usuários (conforto hidrotérmico, visual, acústico, olfativo/qualidade do ar);

- III. Adequação da edificação aos parâmetros ambientais: adequação térmica, à insolação, permitindo ventilação cruzada nos ambientes e iluminação natural;
- IV. Adequação ao clima regional: considerar as diversas características climáticas em função da cobertura vegetal do terreno, dos ventos, do sol e de vários outros elementos que compõem a paisagem a fim de antecipar futuros problemas relativos ao conforto dos usuários;
- V. Características do solo: conhecer o tipo de solo presente no terreno possibilitando dimensionar corretamente as fundações para garantir segurança e economia na construção do edifício. Para a escolha correta do tipo de fundação, é necessário conhecer as características mecânicas e de composição do solo, mediante ensaios de pesquisas e sondagem de solo;
- VI. Topografia: Fazer o levantamento topográfico do terreno observando atentamente suas características procurando identificar as prováveis influências do relevo sobre a edificação, sobre os aspectos de fundações, conforto ambiental, assim como influência no escoamento das águas superficiais, realizar levantamento topográfico Planialtimétrico Georreferenciado tipo cadastral;
- VII. Localização da Infraestrutura: Avaliar a melhor localização da edificação com relação aos alimentadores das redes públicas de água, energia elétrica e esgoto, neste caso, deve-se preservar a salubridade das águas dos mananciais utilizando-se fossas sépticas quando necessárias localizadas a uma distância de no mínimo 300m dos mananciais;
- VIII. Orientação da edificação: buscar posicionamento ótimo da edificação, atendendo tanto aos requisitos de conforto ambiental, e dinâmica de utilização da edificação quanto à minimização da carga térmica, e a consequente redução do consumo de energia elétrica;
- IX. A correta orientação deve levar em consideração o direcionamento dos ventos favoráveis, brisas refrescantes, levando-se em conta a temperatura média no verão e inverno característicos de cada Município.



6.5 ACESSIBILIDADE

Em observância ao artigo 80 do Decreto Federal N°5.296, de 2 de dezembro de 2004, a acessibilidade é definida como “Condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida”.

O projeto arquitetônico baseado na norma ABNT NBR 9050 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, prevê além dos espaços com dimensionamentos adequados, todos os equipamentos de acordo com o especificado na norma, tais como: barras de apoio, e equipamentos sanitários adequados foram incluídos no projeto.

8. ENCERRAMENTO

Este relatório é composto por 10 folhas impressas e numeradas, foi elaborado pelo Arquiteto e Urbanista JOÁS DE ARAÚJO GOMES, CAU A 138927-0 que o subscreve.

Medicilândia, 09 de maio de 2023.

Joás de Araújo Gomes
Arquiteto e Urbanista - CAU A 138927-0
Setor de Engenharia –Medicilândia - PA